

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL
S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA.**

Ref.: Nº PE.PPSA.003/2020

INTERESSADA: HIGISEG MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

A empresa **HIGISEG MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.33.806.148/0001-77 com sede Rua Alberto Pasqualine, nº 77 sala 203 – Vila Santa Cecília – Volta Redonda – RJ, CEP 27.260-010, endereço eletrônico: e-mail: gisele@higisegssma.com.br, neste ato representada por sua representante legal Gisele Pitassi Ribeiro Bueno, RG nº 21102111-8, CPF n. 106.189.857-19, vem, respeitosamente, com fundamento no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, na Lei 10.520/2002 e Seção 17 do Edital do Pregão Eletrônico nº PPSA.003/2020, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de interpor

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO
pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

1 – TEMPESTIVIDADE

A presente Impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para protocolar o pedido é de **até 03 (TRÊS) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo de impugnação se dá em 05/10/2020, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

2 – FATOS

Foi publicado o Edital do Pregão Eletrônico nº PPSA.003/2020, Tipo Menor Preço Global, pela EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA, tendo o respectivo Pregão o objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (“SESMT”), PARA IMPLEMENTAÇÃO E COMPANHAMENTO DA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (“CIPA”), ORIENTAÇÃO DE ROTA DE FUGA, ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (“PPRA”), PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (“PCMSO”), ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO (“AET”), LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (“LTCAT”) E PERFIL PROFISSIONOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (“PPP”).

Embora o Edital seja para contratação de serviços de **Segurança e Medicina do Trabalho**, não há qualquer menção quanto a obrigatoriedade de registro da Empresa licitante junto ao **CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e **CRM** (Conselho Regional de Medicina), bem como a comprovação de vínculo dos respectivos responsáveis técnicos / diretor técnico, com a formação necessária, neste edital em específico, Engenheiro pós graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho e Médico do Trabalho.

Não foi mencionado também a exigência de emissão da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) quando da elaboração dos documentos realizados por Engenheiro de Segurança do Trabalho.

De acordo com o Edital, Item 13.3.3., subitem 13.3.3.1, letra b, faz menção da obrigatoriedade de indicação de responsável técnico em seu quadro de pessoal, com formação técnica em segurança do trabalho, porém, não menciona a obrigatoriedade do mesmo apresentar registro ativo no Mte (Ministério do Trabalho e Emprego), órgão regulamentador da profissão.

Frisando que os documentos de LTCAT e PCMSO **NÃO** podem ser elaborados por técnico de segurança do trabalho, comprovando a necessidade da apresentação do CREA e CRM de pessoas física e jurídica.

3 – DIREITO

3.1 Da obrigação de empresa especializada no serviços de Segurança e Medicina do Trabalho

3.1.1 Necessidade de registro da pessoa jurídica e de seu responsável técnico junto ao CREA / CRM e Mte:

No que pertine à inexigibilidade de comprovação do registro da pessoa jurídica, e de seu responsável técnico, no CREA e no CRM, algumas considerações merecem ser tecidas. Como mencionado anteriormente, o edital prevê especificamente a contratação de empresa para a prestação dos serviços objeto do pregão. As empresas que executam serviços especializados em Segurança e Medicina do Trabalho devem ter, necessariamente, registro junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e CRM (Conselho Regional de Medicina) de sua região, porém o edital é omissivo quanto a necessidade de tal registro. Quanto a qualificação técnica para realizar o serviço previsto no edital vale analisar o entendimento do Prof. Marçal¹:

“O conceito de qualificação técnica é complexo e variável, refletindo a heterogeneidade dos objetos licitados. Cada espécie de contratação pressupõe diferentes habilidades ou conhecimentos técnicos. É implausível imaginar algum caso em que a qualificação técnica seria irrelevante para a administração. Quando muito, poderia imaginar-se que o objeto é suficientemente simples para ser executado por qualquer profissional de uma certa área. Por exemplo, suponha-se que a Administração necessite contratar serviços de marcenaria muito simples. A qualificação técnica poderá restringir-se à comprovação da titularidade da profissão de marceneiro, mas é óbvio que não poderia ser contratada pessoa destituída de qualquer habilidade nesse setor. Como decorrência, a determinação do requisitos de qualificação técnica far-se-á caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades das necessidades que o Estado deve realizar. Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes”.

O artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93 deixa bem claro a necessidade de exigência de qualificação técnica no processo licitatório, trazendo a seguinte redação:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; ...

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (...)"

Quanto ao Registro das empresas em órgão competente para realizar os serviços de Técnicos e de Engenharia de Segurança do Trabalho previstos no edital vale analisar:

“Segundo a Lei Federal nº 5.194/66 e a Resolução nº 336/89 do Confea, o registro no CREA é obrigatório a toda pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e outras áreas tecnológicas fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea”.

“Conforme exige a Lei 6.839/80

“Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros”.

“De acordo com a NR – Norma Regulamentadores nº 04, Portaria 3.214/78 do Mte, em seus itens:

4.4.1 - Os profissionais integrantes do SESMT devem possuir formação e registro profissional em conformidade com o disposto na regulamentação da profissão e nos instrumentos normativos emitidos pelo respectivo Conselho Profissional, quando existente.

4.4.1.1 Em relação ao Engenheiro de Segurança do Trabalho e ao Técnico de Segurança do Trabalho, observar-se-á o disposto na Lei n.º 7.410, de 27 de novembro de 1985.”

“A Lei 7.410/85, o Decreto nº 92.530 de 09/04/1986, a Portaria 262/08, rezam taxativamente:

“O exercício da profissão do Técnico de Segurança do Trabalho depende de prévio registro no Ministério do Trabalho e Emprego.”

Quanto ao Registro das empresas em órgão competente para realizar os serviços de Medicina do Trabalho previstos no edital vale analisar:

“Conforme resolução CFM nº 2183/2018

“Art 7º Conforme as Resoluções do CFM nº 2.007/2013 e nº 2.147/2016, o ambulatório de assistência à saúde do trabalhador deverá ter médico do trabalho com Registro de Qualificação da Especialidade (RQE) como diretor técnico responsável pelo estabelecimento de saúde perante os conselhos regionais de medicina, autoridades sanitárias, ministério público, judiciário e demais autoridades.”

“Conforme resolução CFM nº 1980/2011

“Art. 3º As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registrar-se nos conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98.

Parágrafo único. Estão enquadrados no “caput” do art. 3º deste anexo:

g) Empresas de assessoria na área da saúde;

“Art. 4º A obrigatoriedade de cadastro ou registro abrange, ainda, a filial, a sucursal, a subsidiária e todas as unidades das empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde citadas nos artigos 2º e 3º deste anexo”.

“Art. 5º O cadastro ou registro da empresa, instituição, entidade ou estabelecimento deverá ser requerido pelo profissional médico responsável técnico, em requerimento próprio, dirigido ao conselho regional de medicina de sua jurisdição territorial.”

3.1.2 - Obrigatoriedade de Emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica):

Segundo a Lei 6.496/77, a ART é uma declaração obrigatória que todo profissional do Conselho deve emitir em qualquer atividade técnica, seja projeto, execução, fiscalização, orçamento, laudo técnico, enfim, qualquer procedimento laboral.

“Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)”.

3.2 – Da impossibilidade do Técnico de Segurança assinar LTCAT e PCMSO

A Instrução Normativa nº 99/2003 do INSS, a qual regulamenta a elaboração do LTCAT, traz em seu texto:

“Art. 178 § 3º O LTCAT deverá ser assinado por engenheiro de segurança do trabalho, com o respectivo número da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) ou por médico do trabalho, indicando os registros profissionais para ambos.”

A NR – Norma Regulamentadora nº 07 da Portaria 3.214/78 do Tem, determina as diretrizes acerca do PCMSO, senão, vejamos:

“7.2.4. O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.

7.3. Das responsabilidades

7.3.1. Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;

*c) **indicar, dentre os médicos dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, da empresa, um coordenador responsável pela execução do PCMSO;** (grifo nosso)*

É preciso entendermos que a exigência de qualificação técnica em processo licitatório tem como único objetivo, a prestação de garantia para a Administração Pública de que o serviço que será licitado, será executado por empresa com capacidade técnica para isso. Garantia de que a empresa possui condições mínimas para executar com presteza e segurança o serviço ora licitado. No presente caso essa garantia deve acontecer por meio da exigência de Registro da empresa na entidade competente, que em se tratando de serviços de "Segurança e Medicina do Trabalho" a entidade competente é o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), o CRM (Conselho Regional de Medicina) e Mte (Ministério do Trabalho e Emprego) com o vínculo dos respectivos responsáveis técnicos, com a devida formação necessária.

4 – PEDIDOS

A IMPUGNANTE eleva sua consideração a esta Douta Comissão de Licitação e esclarece que o objetivo desta impugnação ao edital da licitação em referência não é o de procrastinar o bom e regular andamento do processo, mas sim evidenciar a esta Nobre Comissão os pontos que necessitam ser revistos, pois se mantidos provocarão a violação dos princípios e regras que regulam o processo licitatório, de forma especial, o Princípio da Competitividade e o da Economicidade.

Ex positis, requer:

- a) Que seja incluída a exigência de comprovação de registro da licitante e de seus responsáveis técnicos no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA, no CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CRM, e no MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE, com o vínculo dos respectivos responsáveis técnicos com a devida formação necessária;
- b) Que seja incluída a obrigatoriedade da emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para documentos elaborados por Engenheiro de Segurança do Trabalho;

Aduzidas as razões que delimitaram a presente Impugnação, esta Impugnante, requer, com fundamento na Constituição Federal e na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, a republicação do Edital Licitatório, inserindo as alterações aqui pleiteadas, com previsão de prazo legal de até 2 (dois) dias úteis para julgamento das impugnações dirigidas em face ao edital publicado referente ao do PE PPSA.003/2020, conforme estabelecido na Seção 17.

Nestes termos,
Aguarda Deferimento.

Volta Redonda / RJ, 30 de Setembro de 2020.



HIGISEG MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

Gisele Pitassi Ribeiro Bueno

Sócia Administradora

CPF: 106.189.857-19

CNPJ: 33.806.148/0001-77